



Tribunal de Contas do Distrito Federal

DLMP - Divisão de Licitação, Material e Patrimônio
SELIC - Seção de Licitação e Contrato

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 03/2005

TIPO DE LICITAÇÃO: **TÉCNICA E PREÇO.**

LICITAÇÃO REGIDA PELA LEI Nº 8.666/93 e alterações supervenientes, Lei nº 8.078/90 e demais legislações aplicáveis.

DATA DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: **30/08/2005**

HORÁRIO DO INÍCIO: **15:00 horas**

LOCAL DA REUNIÃO: Seção de Licitação e Contrato, subsolo do Edifício Anexo do TCDF.

A Comissão Especial de Licitação – CEL, designada pela Diretoria Geral de Administração, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário e local acima indicados, reunir-se-á a fim de receber, simultaneamente, documentação e proposta técnica e de preços, em conformidade com as disposições deste Edital.

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem como objeto a aquisição de computadores servidores para a rede local do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, com prestação de assistência e suporte técnico, conforme Anexos I ao V.

CAPÍTULO II - DOS LICITANTES

2.1 Somente poderão apresentar propostas as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo e que satisfaçam as condições deste Edital e seus anexos.

2.2 Não poderão participar da Licitação:

- a) Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- b) Empresas que, por qualquer motivo, estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública ou suspensas do direito de licitar com o TCDF;
- c) Empresas em atraso no cumprimento de obrigação assumida com o TCDF, até o seu efetivo cumprimento.

CAPÍTULO III - DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

3.1 Até o dia, hora e local fixados no preâmbulo deste Edital, cada licitante deverá apresentar à CEL, simultaneamente, sua documentação, proposta técnica e proposta de preços em envelopes separados, fechados e rubricados no fecho contendo, respectivamente, em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, além da Firma ou Razão Social, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO
Concorrência nº 03/2005 - TCDF

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA TÉCNICA
Concorrência nº 03/2005 - TCDF

ENVELOPE Nº 03 - PROPOSTA DE PREÇOS
Concorrência nº 03/2005 - TCDF

3.2. Após o Presidente da CEL ter declarado estar encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro envelope ou documento será aceito.

3.3 Recebidos os envelopes "Documentação", "Proposta Técnica" e "Proposta de Preços" e, uma vez iniciada a abertura dos mesmos, não serão permitidas quaisquer retificações que possam influir no resultado final do processo licitatório.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

DLMP - Divisão de Licitação, Material e Patrimônio
SELIC - Seção de Licitação e Contrato

3.4 A abertura dos envelopes de documentação e propostas será realizada em ato público, do qual lavrar-se-á ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pelos membros da CEL, devendo quaisquer reclamações a respeito serem feitas, no momento, pelos seus representantes legais.

3.5 Após a fase de habilitação, não cabe desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela CEL.

CAPÍTULO IV - DA HABILITAÇÃO

4.1 O envelope nº 01, relativo à documentação, deverá conter, EM PLENA VALIDADE, os seguintes documentos:

- a) Certificado de Registro Cadastral de Habilitação de firmas - CRC, expedido por órgão ou entidade da Administração Pública, emitido nos termos da Lei nº 8.666/93;
- b) Certidão negativa de débitos, emitida pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do GDF, em plena validade, para empresas com estabelecimento no DF. Para empresas sem matriz ou filial no DF, apresentar prova de regularidade com a Fazenda Estadual de seu domicílio ou sede, somente para os tributos relativos à atividade licitada;
- c) Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela CEF;
- d) Certidão Negativa de Débitos (CND), para com a Previdência Social, expedida pelo INSS, para contratação com o Poder Público;
- e) procuração, pública ou particular, passada pelo licitante, assinada por quem de direito, outorgando ao seu representante poderes para tomar as decisões que julgar necessárias, durante o procedimento da habilitação e abertura das propostas, sendo necessário o reconhecimento de firma no caso de procuração particular, juntamente com a comprovação da condição do outorgante;

4.2 A falta do documento previsto no sub-item 4.1, alínea "e", não inabilita o licitante; ficando, porém, impedido o representante não credenciado de qualquer interferência no processo licitatório, em nome do representado, até a obtenção desse documento.

4.3 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, publicação em órgão da imprensa oficial, ou pela Internet, nos casos em que o órgão responsável pela emissão do documento disponibilizar sua consulta.

4.4 Na falta do documento previsto no subitem 4.1, alínea "a", é facultado ao licitante apresentar os seguintes documentos, conforme estabelece o art. 22, § 1º, c/c art.32, § 2º, da Lei nº 8.666/93:

- a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) Cédula de Identidade e Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) prova de inscrição no CNPJ;
- f) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação.

CAPÍTULO V - DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

5.1 A proposta técnica deverá:

- a) fazer menção ao número desta Concorrência, conter a Razão Social do licitante, CNPJ e Endereço;
- b) ser datilografada ou impressa, sem emendas, acréscimos, entrelinhas ou rasuras, datada e assinada, bem como rubricadas todas as suas folhas;
- c) conter especificação técnica de forma clara, completa e minuciosa, indicando o fabricante, a marca e o modelo do produto;



Tribunal de Contas do Distrito Federal

DLMP - Divisão de Licitação, Material e Patrimônio
SELIC - Seção de Licitação e Contrato

- d) indicar prazo de entrega e instalação do produto, que deverá ser de no máximo de 50 dias corridos, a partir do recebimento da Nota de Empenho;
 - e) indicar garantia dos produtos, que deverá ser no mínimo a indicada no capítulo III do Anexo I, a partir do recebimento definitivo do produto;
 - f) indicar as características pertinentes aos fatores/subfatores técnicos estabelecidos no Anexo IV desta Concorrência, para cada item cotado;
 - g) apresentar o documento exigido no item 1.2 do Anexo III, caso solicite a pontuação de garantia estendida.
- 5.2 Será desconsiderada qualquer expressão monetária contida nesta proposta.

CAPÍTULO VI - DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 6.1 A proposta de preço deverá:
- a) fazer menção ao número desta Concorrência, conter a Razão Social do licitante, CNPJ e Endereço;
 - b) ser datilografada ou impressa, sem emendas, acréscimos, entrelinhas ou rasuras, datada e assinada e, preferencialmente, em 02 (duas) vias;
 - c) consignar preço POR ITEM, em moeda nacional, em algarismo e, preferencialmente, por extenso;
 - d) consignar prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias corridos;
 - e) consignar, opcionalmente, nº do telefone e fax, bem como banco, agência e conta corrente para efeito de emissão de nota de empenho e posterior pagamento.
- 6.2 O preço cotado deverá incluir todos tributos, taxas, embalagens, encargos sociais, fretes, seguro, assistência/suporte técnico durante período de garantia e instalação do software, se for o caso, e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto licitado.
- 6.3 Se a proposta for omissa quanto ao prazo estabelecido na alínea “d”, do item 6.1, o prazo ali mencionado será considerado como se nela constasse, não sendo motivo de desclassificação do licitante;
- 6.4 A cotação apresentada e levada em conta, para efeito de julgamento, será de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 6.5 Nos termos do §7º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, o quantitativo mínimo dos produtos a serem cotados será o constante do Anexo II desta Concorrência, para cada item.

CAPÍTULO VII - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO RELATIVOS ÀS FASES DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTA

- 7.1 Abertos os envelopes “Documentação”, a CEL poderá apreciar os documentos de cada licitante, podendo na mesma reunião divulgar as firmas habilitadas e inabilitadas, devendo às últimas serem devolvidos os envelopes Proposta Técnica e de Preços devidamente fechados, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação.
- 7.2 A CEL, após a abertura dos envelopes relativos à habilitação, poderá encerrar a reunião a fim de que tenha melhores condições de análise, permanecendo os envelopes de proposta técnica e de preços, não abertos, já rubricados, em poder do TCDF até a data e horário oportunamente marcados para outro evento.
- 7.3 O não comparecimento de quaisquer dos participantes à nova reunião marcada não impedirá que se realize.
- 7.4 Será julgado habilitado o proponente que apresentar todos os documentos exigidos em conformidade com o item 4.1 deste Edital e atender às demais condições previstas no Capítulo IV. Será inabilitado o proponente que não atender às exigências do Capítulo IV desta Concorrência.
- 7.5 A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar da fase subsequente.
- 7.6 Julgada a habilitação e divulgado o seu resultado, a Comissão poderá, na mesma reunião, proceder à abertura do envelope nº 02 (Proposta Técnica) dos licitantes habilitados, desde que haja desistência expressa dos participantes em interpor recurso, devidamente consignada em ata ou mediante termo próprio.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

DLMP - Divisão de Licitação, Material e Patrimônio
SELIC - Seção de Licitação e Contrato

7.7 A CEL, após a abertura dos envelopes relativos às Propostas Técnicas, poderá apreciar as propostas técnicas de cada licitante, individualmente, podendo na mesma reunião divulgar o resultado do julgamento.

7.8 A CEL, após a abertura dos envelopes relativos às Propostas Técnicas, poderá encerrar a reunião a fim de que possa avaliá-las, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a reunir-se com os interessados, ocasião em que serão realizados os testes para os itens 1 e 3.

7.9 Não havendo tempo suficiente para a abertura dos envelopes “Documentação”, “Proposta Técnica” e “Proposta de Preços” em um único momento, os envelopes não abertos, já rubricados, ficarão em poder da CEL até a data e horário oportunamente marcados para outro evento.

7.10 Levando-se em conta a atividade específica do concorrente e o interesse do TCDF, é facultada à CEL ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente das propostas.

CAPÍTULO VIII - JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA E DE PREÇOS

8.1 Trata-se de licitação enquadrada no art.45, § 1º, inciso III, da Lei nº 8.666/93 (TÉCNICA E PREÇO).

8.2 Será considerado vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as exigências deste Edital e que obtiver o primeiro lugar, **para cada item licitado**, após aplicados os critérios previstos nos capítulos IX a XI.

8.3 Não serão consideradas vantagens não previstas nesta Concorrência.

8.4 No caso de discordância entre o preço unitário e o total de cada item prevalecerá o primeiro; havendo divergência entre o valor em algarismo e por extenso prevalecerá o último.

CAPÍTULO IX - DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

9.1 Para efeito de avaliação das propostas serão utilizados, conforme o caso, os seguintes Fatores de Avaliação: Prazo de entrega, Suporte de Serviços, Qualidade, Padronização, Desempenho e Compatibilidade. Os Fatores poderão estar subdivididos em Subfatores.

9.2 Aos Subfatores serão atribuídas notas que somadas constituirão a pontuação obtida para o Fator.

9.3 Os Fatores/Subfatores e suas escalas de pontuação estão discriminados no Anexo IV, para cada objeto desta Concorrência.

9.4 A Pontuação Técnica (PT), por item, de cada proposta será obtida pelo SOMATÓRIO da pontuação alcançada em cada FATOR.

9.5 O Índice Técnico (IT), por item, de cada proposta, será obtido mediante a divisão da Pontuação Técnica de cada proposta (PTi), pela de maior pontuação (PTm), obedecendo à seguinte fórmula:

$$IT = PTi / PTm$$

9.6 A classificação das Propostas Técnicas, para cada item, será feita em ordem decrescente de IT.

9.7 Para todos os cálculos efetuados serão levadas em consideração duas casas decimais, sendo desprezadas as demais.

9.8 A avaliação de cada produto será feita com base em: proposta técnica, folheto(s) e/ou folder(es) técnico(s) do fabricante, informações obtidas no site do fabricante na Internet, amostra eventualmente fornecida. Em caso de divergência(s), prevalecerão as informações obtidas nesta ordem: (i) com amostra previamente solicitada; (ii) fornecidas pelo fabricante, por carta ou e-mail; (iii) disponibilizadas no site do fabricante na Internet; (iv) folheto(s) e/ou folder(es) técnico(s) do fabricante.

CAPÍTULO X - DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 Para avaliação das propostas de preços, calcular-se-ão os Índices de Preços e Valores de Avaliação, com vistas à classificação das propostas dos licitantes.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

DLMP - Divisão de Licitação, Material e Patrimônio
SELIC - Seção de Licitação e Contrato

10.2 A determinação do Índice de Preço de cada licitante (IPi), por item, será feita mediante a divisão do menor preço proposto (Pm) pelo preço da proposta em exame (Pi), em conformidade com a seguinte fórmula:

$$IPi = Pm / Pi$$

10.3 A classificação das Propostas de Preços, para cada item, será feita em ordem decrescente de IPi.

10.4 Para os resultados dos cálculos efetuados serão consideradas duas casas decimais, sendo desprezadas as demais.

CAPÍTULO XI - DO VALOR DA AVALIAÇÃO

11.1 O Índice Técnico (IT) e o Índice de Preço (IP) de cada proposta terão os seguintes pesos, para todos os itens:

- a) Índice Técnico (IT) = 5;
- b) Índice de Preço (IP) = 5.

11.2 O Valor da Avaliação de cada licitante (VAi) será encontrado multiplicando-se o Índice Técnico (ITi) pelo seu peso (5) e somando-se com o seu Índice de Preço (IPi), também multiplicado pelo seu peso (5), sendo mantidas as duas casas decimais:

$$VAi = (ITi \times 5) + (IPi \times 5)$$

11.3 Será considerada vencedora do item em julgamento a empresa que obtiver o maior Valor de Avaliação, após aplicação da fórmula do item 11.2

11.4 Se duas ou mais propostas obtiverem mesmo VA, será efetuado sorteio entre elas, em ato público.

11.5 Para todos os cálculos efetuados serão levadas em consideração duas casas decimais, sendo desprezadas as demais.

CAPÍTULO XII - DA DESCLASSIFICAÇÃO

12.1 Serão desclassificadas, com base nos artigos 43, IV; 44, § 2º e 3º, e 48, incisos I e II, da Lei n.º 8.666/93, as propostas que:

- a) apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, ou as que apresentarem preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que este Edital não tenha estabelecido limites mínimos;
- b) não atenderem às exigências contidas neste ato convocatório.

CAPÍTULO XIII - DOS RECURSOS

13.1 Observado o disposto no art. 109 da Lei n.º 8.666/93, o licitante poderá apresentar recurso à autoridade competente do TCDF, por intermédio da CEL, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos enumerados no citado dispositivo legal.

13.2 Interposto, uma cópia do recurso será encaminhada pelo Presidente da CEL a todos os licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13.3 Quaisquer argumentos ou subsídios concernentes à defesa da firma que pretender reconsideração total ou parcial das decisões da CEL deverão ser apresentados por escrito, exclusivamente, anexando-os ao recurso próprio que deverá ser protocolizado na Seção de Protocolo e Arquivo, situado no Térreo do Edifício Anexo do TCDF.

13.4 Os recursos deverão observar os seguintes requisitos:

- a) ser datilografados ou impressos e devidamente fundamentados, e;
- b) ser assinados por representante legal do licitante.

13.5 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

CAPÍTULO XIV - DAS PENALIDADES

14.1 O atraso injustificado no fornecimento sujeitará o contratado à multa de mora, de acordo com os seguintes percentuais, garantida prévia defesa:

- a) de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, sobre o valor do fornecimento, quando o adjudicatário, sem justa causa, cumprir a obrigação assumida com atraso até 30 (trinta) dias após o prazo estabelecido na proposta;



Tribunal de Contas do Distrito Federal

DLMP - Divisão de Licitação, Material e Patrimônio
SELIC - Seção de Licitação e Contrato

- b) de 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, sobre o valor do fornecimento, quando o adjudicatário, sem justa causa, cumprir a obrigação assumida, com atraso superior a 30 (trinta) dias do prazo estabelecido na proposta. Este percentual incidirá, apenas, sobre o período que exceder ao trigésimo dia de atraso;

§ 1º - As multas previstas neste item serão calculadas considerando-se os dias consecutivos a partir do dia útil imediatamente subsequente ao do vencimento.

§ 2º - No caso de multa moratória, será observado o limite mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) para sua cobrança, exceto quando for necessária, além da referida multa, a aplicação de uma das penalidades prevista no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

14.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato o TCDF poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa:

- a) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do fornecimento, quando o adjudicatário recusar retirar ou aceitar o instrumento de contrato ou equivalente, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida na forma do art. 81 da Lei 8.666/93.
- b) de 10% (dez por cento), sobre o valor não fornecido, após a rescisão do contrato por ter o adjudicatário cumprido apenas parcialmente o fornecimento;
- c) de 15% (quinze por cento), sobre o valor do fornecimento, e cancelamento da Nota de Empenho, quando decorridos 30 (trinta) dias de inadimplemento e caracterizada a recusa ou impossibilidade do adjudicatário em prestar o fornecimento;

Parágrafo Único - A multa prevista na alínea "c", deste item, incidirá ainda nos casos em que o Adjudicatário, sem motivo de força maior ou caso fortuito devidamente comprovado, solicitar o cancelamento antes ou depois de decorridos 30 (trinta) dias de atraso.

III - Suspensão do direito de participar de licitações com a administração pelo prazo de até 02 (dois) anos; e

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Parágrafo único - Declarar-se-á inidôneo o ADJUDICATÁRIO que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando, a juízo da Administração, falta grave, revestida de dolo.

14.3 As sanções previstas nos incisos III e IV do item 14.2 poderão também ser aplicadas ao Adjudicatário que:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- a) tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- b) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.4 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 14.2 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, e serão aplicadas pela Autoridade Competente.

14.5 As multas tratadas nesse Capítulo serão descontadas do pagamento eventualmente devido pela Administração ou na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pela Adjudicatária mediante depósito em conta corrente do TCDF ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CAPÍTULO XV - DO PAGAMENTO

15.1 Ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual, o Contratado protocolizará no TCDF a respectiva Nota Fiscal. Após a devida atestação e regular liquidação, a Nota Fiscal será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pelo Contratado.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

DLMP - Divisão de Licitação, Material e Patrimônio
SELIC - Seção de Licitação e Contrato

15.2 Para que seja efetivado o pagamento deverá ser verificada a regularidade da empresa perante a SEFP/DF. Nesse sentido, é necessária a apresentação da **Certidão Negativa de Débitos** (cópia autenticada em cartório ou acompanhada de original), emitida pela Secretaria de Fazenda e Planejamento/GDF, em plena validade, caso a apresentada na habilitação esteja vencida. Deverá ser apresentada, ainda, a 1ª via da Nota de Empenho.

15.3 Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará pendente e o pagamento susinado até que o Contratado providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte do TCDF.

15.4 Caso o Tribunal não cumpra o prazo estipulado no item 15.1, pagará à adjudicatária atualização financeira de acordo com a variação do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, proporcionalmente aos dias de atraso.

CAPÍTULO XVI - DO REAJUSTE DE PREÇOS

16.1 Os preços dos objetos desta licitação são fixos e irreeajustáveis.

CAPÍTULO XVII - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

17.1 O objeto da licitação será recebido por Comissão designada pela Administração, da seguinte forma:

I - provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes;

II - definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo máximo de 90 dias de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

CAPÍTULO XVIII - DO CONTRATO

18.1 O Contrato obedecerá ao disposto neste Edital e às normas contidas no Capítulo III da Lei 8.666/93, e deverá ser assinado pela firma vencedora no prazo de 05 dias úteis contados da data da convocação.

18.2 Quando o licitante vencedor não assinar o Termo de Contrato no prazo e condições estabelecidos no item 18.1 deste Edital, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação.

18.3 O Contrato a ser assinado subordina-se à minuta contida no Anexo V.

18.4 O prazo de entrega será contado a partir do recebimento da nota de empenho.

18.5 O prazo de garantia e de assistência técnica será contado a partir do recebimento definitivo do objeto.

18.6 É vedada subcontratação, cessão ou transferência parcial/total do objeto deste Edital.

CAPÍTULO XIX - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

19.1 A vigência do contrato será da data de sua assinatura até o término do período de garantia ofertada pelo adjudicatário, que por sua vez terá o início contado da data do recebimento definitivo. O extrato do contrato será publicado no DODF às expensas do Contratante.

19.2 As obrigações acessórias ofertadas pelo adjudicatário relativas à garantia dos produtos e à assistência técnica terão cobertura contratual pelo prazo consignado pelo adjudicatário, contados a partir da data do recebimento definitivo.

CAPÍTULO XX - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

20.1 A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por executor do contrato, especialmente designado, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, além das atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira.

20.2 A contratada deverá manter preposto, aceito pela Administração do TCDF, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la sempre que for necessário.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

DLMP - Divisão de Licitação, Material e Patrimônio
SELIC - Seção de Licitação e Contrato

CAPÍTULO XXI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 21.1 São partes integrantes deste Edital o Anexo I (Projeto Básico), o Anexo II (Especificação do Objeto), o Anexo III (Avaliação Técnica), o Anexo IV (Pontuação dos Fatores e Subfatores de Avaliação) e o Anexo V (Minuta do Contrato).
- 21.2 O TCDF reserva-se o direito de revogar ou anular esta Licitação, assim como alterar seus quantitativos na forma dos artigos 49 e 65 da Lei nº 8.666/93.
- 21.3 Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica a aceitação das condições estipuladas no presente edital e submissão total às normas nele contidas.
- 21.4 Se no dia fixado no preâmbulo não houver expediente, esta Licitação será realizada no primeiro dia subsequente de funcionamento que lhe seguir.
- 21.5 O TCDF não admitirá declarações posteriores de desconhecimento de fatos que dificultem ou impossibilitem o cumprimento do objeto ora licitado.
- 21.6 Em caso de dúvida, é conveniente o comparecimento do interessado à Seção de Licitação e Contrato deste Tribunal, subsolo do Edifício - fone 314-2149 e fax 314-2219, Edifício Anexo, para obtenção dos esclarecimentos que julgar necessários.

Brasília, em 12 de julho de 2005.

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

MEMBRO

MEMBRO

PRESIDENTE



Tribunal de Contas do Distrito Federal

DLMP - Divisão de Licitação, Material e Patrimônio
SELIC - Seção de Licitação e Contrato

CONCORRÊNCIA nº 03/2005 ANEXO I PROJETO BÁSICO

Esta licitação visa a aquisição de computadores servidores para a rede local do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF.

O Núcleo de Informática e Processamento de Dados - NIPD - estabeleceu um determinado nível tecnológico para tais computadores, com base na relação custo/benefício de aquisição e manutenção e compatibilidade com o sistema operacional GNU/Linux.

A arquitetura RISC foi descartada em função do custo e por ser proprietária. Sistemas RISC da Sun, IBM e HP, p. ex., com organização e recursos equivalentes aos solicitados neste Edital, possuem preços iguais ou superiores aos sistemas baseados em processadores x86 da AMD e da Intel, sem que existam testes fidedignos que mostrem um desempenho proporcional ao custo. Além disso, o custo de manutenção é maior, pois qualquer componente a ser substituído ou acrescentado deve ser homologado ou fabricado especificamente para o modelo utilizado.

Atualmente o padrão x86 permite a construção de servidores de rede com alto poder de processamento (8 ou mais processadores) e já implementa a tecnologia de 64 bits com os novos processadores da AMD (Opteron) e Intel (Xeon 64).

O Anexo II contém a descrição técnica dos equipamentos a serem adquiridos.

O item 1 descreve um par de computadores servidores de arquivos que irão funcionar de modo redundante. Não há a necessidade de um grande poder de processamento, sendo suficiente um processador. O mais importante é o sistema de discos, tendo sido definido um modelo baseado em SCSI com RAID 5 por hardware.

O computador para BI (Business Intelligence), item 2, caracteriza-se pela necessidade de médio poder de processamento (2 processadores) e bastante memória (4 GB). Além disso, necessitam de média/alta disponibilidade, o que pode ser obtido pela utilização de memória com ECC e subsistema de discos SCSI com RAID (nível 1, neste caso).

Os itens 3 e 4 referem-se a computadores que irão executar funções intermediárias no funcionamento da rede local do TCDF, sendo caracterizados como sistemas entry level.

Todos os equipamentos devem ser "rack mountable", pois o espaço útil da sala de servidores está bastante comprometido.

Os Anexos III e IV descrevem, respectivamente, os critérios de avaliação e os fatores de pontuação.

I - DO PRAZO DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS

1.1. O prazo para entrega e instalação dos equipamentos é de 50 dias, contados da entrega da nota de empenho.

1.2. Caso o licitante vencedor tenha ofertado, na sua proposta técnica, prazo menor do que o indicado anteriormente, então será considerado o prazo constante da proposta técnica.

1.3. Os equipamentos, que deverão ser novos e estar em perfeito estado, serão recebidos provisoriamente para que seja verificado se suas características atendem ao especificado neste edital e na proposta técnica do contratado.

1.4. Na vistoria será feita a verificação visual do estado de cada componente. Em seguida será efetuada a instalação e configuração do sistema operacional GNU/Linux.

1.4.1. Serão executadas aplicações concorrentes por um prazo igual ou superior a 2 horas em ambiente com temperatura igual ou superior a 25 °C.

1.4.2. Durante os testes serão verificadas as voltagens de saída da fonte de alimentação, as quais devem estar nos limites indicados no Anexo II. Também será avaliada a temperatura do(s) processador(es).

1.5. Qualquer falha na etapa anterior acarretará o não recebimento do equipamento.

1.6. Após o recebimento do equipamento e seu pagamento, o mesmo será colocado em regime de produção e, decorrido o prazo máximo de 90 dias, conforme disposto no artigo 73 da Lei nº 8.666/93, será emitido o termo de recebimento definitivo, a partir do qual será contado o prazo de garantia.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

DLMP - Divisão de Licitação, Material e Patrimônio
SELIC - Seção de Licitação e Contrato

II - CONDIÇÕES GERAIS DE GARANTIA

- 2.1. O licitante vencedor, doravante chamado contratado, deverá fornecer garantia contra defeitos de fabricação e serviços de transporte e assistência técnica (instalação, configuração e manutenção corretiva e preventiva do hardware) para cada equipamento ou componente fornecido, sem custos além daqueles constantes da proposta de preço e pelo prazo de garantia ofertado, o qual não poderá ser menor que o especificado nos itens 3.1 e 3.2 deste Anexo.
- 2.2. O contratado poderá indicar, na proposta técnica, uma empresa do Distrito Federal para prestar os serviços de transporte e assistência técnica previstos neste Anexo. Nesse caso, o contratado deverá declarar solidariedade com todos os atos praticados pela empresa indicada. Caso não indique a empresa na proposta técnica, deverá fazê-lo até a assinatura do contrato.
- 2.3. Se, em qualquer momento da vigência do contrato, o TCDF identificar qualquer problema com o atendimento prestado pela empresa indicada, fica o contratado obrigado a substituí-la por outra, no prazo de 30 dias a contar da notificação pelo TCDF. A mudança da empresa prestadora do serviço por iniciativa do contratado deve ser comunicada ao TCDF com antecedência mínima de 30 dias.
- 2.4. Todos os equipamentos e componentes instalados e eventualmente trocados devem ser novos e acompanhados dos manuais e outros recursos necessários à completa funcionalidade dos mesmos, tais como programas de configuração (drivers), cabos, conectores e adaptadores.
- 2.5. O TCDF reserva-se o direito de instalar, (re)configurar, trocar, desabilitar ou retirar quaisquer componentes removíveis dos equipamentos: memória, placas/módulos/cartões de expansão e comunicação, fonte de alimentação, cabos e conectores, visando a melhoria na funcionalidade e/ou no desempenho do sistema. O contratado poderá identificar cada componente pelos meios que achar necessários para evitar dúvidas em relação à origem de cada peça dos equipamentos.
- 2.6. A garantia cobrirá igualmente todos os componentes dos equipamentos.
- 2.7. A garantia só poderá ser revogada em caso de acidente, mau uso ou transporte inadequado, causado pelo TCDF e apenas para o componente afetado.
- 2.8. Onde for citado, é considerado dia útil aquele com expediente normal no TCDF.

III - DO PRAZO DE GARANTIA E PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 3.1. O prazo de garantia e prestação de assistência técnica, contado da data do recebimento definitivo dos equipamentos, será de 12 meses.
- 3.2. Caso tenha sido ofertado na licitação prazo maior do que o indicado anteriormente, então será considerado o prazo constante da proposta técnica.

IV - DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 4.1. O contratado deverá atender ao chamado de assistência técnica no prazo máximo de 2 dias úteis.
- 4.2. O contratado deverá reoperacionalizar o equipamento ou componente com problema no prazo máximo de 5 dias úteis após o primeiro atendimento.
- 4.3. Caso não seja possível cumprir o prazo estabelecido em 4.2, o contratado deverá substituir o equipamento ou componente defeituoso por outro, em caráter provisório (backup) ou definitivo, dentro do prazo de reoperacionalização, mediante autorização e, no caso de backup, por prazo estabelecido pelo TCDF.
- 4.4. Todo equipamento ou componente defeituoso deverá ser substituído por outro, novo e de igual marca e modelo, a menos que o TCDF autorize a troca por outra marca e/ou modelo. No caso de backup, o TCDF poderá autorizar instalação de equipamento ou componente usado e/ou de características diferentes daquelas do equipamento objeto do chamado de assistência técnica, desde que não sejam comprometidas as funções nele executadas.
- 4.5. As peças instaladas em substituição serão garantidas contra defeitos de fabricação pelo prazo restante da garantia ou por 90 dias, o que for maior.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

DLMP - Divisão de Licitação, Material e Patrimônio
SELIC - Seção de Licitação e Contrato

CONCORRÊNCIA Nº 03/2005 ANEXO II ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

As características técnicas aqui apresentadas representam a configuração **mínima** para cada equipamento ou componente. Valores tecnicamente melhores poderão ser aceitos e, em alguns casos, serão considerados para pontuação técnica, conforme disposto no Anexo IV.

1. Computador servidor de arquivos (duas unidades)

1.1. Um processador AMD Opteron série 200 (modelo 248 ou superior) ou Intel Xeon (com clock de 3,0 GHz ou superior); com cooler (dissipador + ventoinha) homologado (marca e modelo) pelo fabricante do processador para o modelo ofertado ou sistema de ventilação desenhado especificamente para o computador.

1.2. 2 módulos DIMM de 512 MB de memória (total de um gigabyte) DDR-400 ou DDR2-400 (PC-3200), com ECC.

1.3. Placa de sistema SMP, com suporte a 2 processadores, contendo:

- a) 6 conectores DIMM que permitam a instalação de 12 GB de memória DDR ou DDR2, com ECC;
- b) 2 conectores PCI de 64 bits;
- c) controladora de vídeo com 8 MB de memória independente da memória principal, saída em conector fêmea de 15 pinos padrão VGA;
- d) controladora de rede dual Gigabit Ethernet (1000 Mbps, padrão 1000BaseT), com 2 conectores RJ-45, compatível com Fast Ethernet (100 Mbps, padrão 100BaseTX) e Ethernet (10 Mbps, padrão 10BaseT), com detecção automática da velocidade da conexão;
- e) conectores tipo PS/2 para teclado e mouse, um conector serial de 9 pinos, 2 conectores USB.

1.4. Controladora RAID SCSI Ultra 320 onboard ou em placa de expansão; barramento PCI de 64 bits; RAID 0, 1 e 5; 64 MB de memória; compatível com unidade de disco rígido Ultra-160 e Ultra-320.

1.5. 4 unidades de disco rígido SCSI Ultra-160 de 3,5" com 1" de altura; hot plug, com conector SCA-2; cada unidade com capacidade formatada de 144 GB (um GB = 10⁹ bytes), 10.000 RPM, tempo médio de acesso (average seek time) igual ou inferior a 6,0 ms.

1.6. Uma unidade leitora de CD ou de DVD que leia CD.

1.7. Gabinete próprio para montar em rack (rack mountable) de 19 polegadas, 2U a 4U de altura, com todos os componentes para montagem (parafusos, porcas, adaptadores, trilhos). O gabinete deve possuir 6 baias hot plug ou hot swap para instalação de unidades de disco rígido de 3,5" (8,9 cm) de largura e 1" (2,5 cm) de altura com conectores SCA-2.

1.8. Fonte de alimentação com capacidade nominal igual ou superior a 550 W; que suporte tensão de entrada nas faixas de 100 V a 127 V e 200 V a 240 V, em frequências de 50 Hz e 60 Hz.

1.9. O computador deverá ser compatível com o sistema operacional GNU/Linux, kernel versões 2.4 e 2.6.

1.10. Deverão ser fornecidos os componentes necessários para o funcionamento do sistema, tais como cabos, conectores, adaptadores e drivers, além da documentação (impressa ou em CD) para instalação.

2. Computador servidor para Business Intelligence (uma unidade)

2.1. 2 processadores: Intel Xeon (com clock de 2,8 GHz ou superior) ou AMD Opteron série 200 (modelo 246 ou superior); com cooler (dissipador + ventoinha) homologado (marca e modelo) pelo fabricante do processador para o modelo ofertado ou sistema de ventilação desenhado especificamente para o computador.

2.2. 4 módulos DIMM de um GB de memória (total de 4 GB) DDR333 (PC2700) com ECC.

2.3. Placa de sistema contendo:



Tribunal de Contas do Distrito Federal

DLMP - Divisão de Licitação, Material e Patrimônio
SELIC - Seção de Licitação e Contrato

- a) 4 conectores DIMM de 184 pinos que permitam a instalação de até 8 GB de memória com ECC;
- b) 4 conectores PCI de 64 bits;
- c) controladora de vídeo com 8 MB de memória independente da memória principal, saída em conector fêmea de 15 pinos padrão VGA;
- d) controladora de rede Gigabit Ethernet (1000 Mbps, padrão 1000BaseT), um conector RJ-45, compatível com Fast Ethernet (100 Mbps, padrão 100BaseTX) e Ethernet (10 Mbps, padrão 10BaseT), com detecção automática da velocidade da conexão;
- e) um conector para unidade de disco flexível de 1,4 MB;
- f) conectores tipo PS/2 para teclado e mouse, um conector serial de 9 pinos, 2 conectores USB.

2.4. Controladora RAID SCSI Ultra 320 onboard ou em placa de expansão; barramento PCI de 64 bits; RAID 0, 1 e 5; 64 MB de memória; compatível com unidade de disco rígido Ultra160 e Ultra320.

2.5. 2 unidades de disco rígido SCSI Ultra160 de 3,5"; cada unidade com capacidade formatada de 72 GB (1 GB = 10^9 bytes), 10.000 RPM, tempo médio de acesso (average seek time) igual ou inferior a 6,0 ms.

2.6. Uma unidade leitora de CD ou de DVD que leia CD.

2.7. Uma unidade de disco flexível (disquete) de 3,5" para mídia de 1,4 MB.

2.8. Gabinete próprio para montar em rack (rack mountable) de 19 polegadas, 2U a 4U de altura, com todos os componentes para montagem (parafusos, porcas, adaptadores, trilhos). O gabinete deve possuir 6 baias hot plug ou hot swap para instalação de unidades de disco rígido de 3,5" (8,9 cm) de largura e 1" (2,5 cm) de altura com conectores SCA-2.

2.9. Fonte de alimentação com capacidade nominal igual ou superior a 600 W; tensão de entrada de 100 V a 127 V e 200 V a 240 V, frequências de 50 Hz e 60 Hz.

2.10. O computador deverá ser compatível com o sistema operacional GNU/Linux. Deverá ser entregue com uma das seguintes distribuições instalada: Red Hat Enterprise Linux (AS ou ES) ou Novell/SUSE SLES.

2.11. Deverão ser fornecidos os componentes necessários para o funcionamento do sistema, tais como cabos, conectores, adaptadores e softwares (drivers e firmware), além da documentação (impressa ou em CD) para instalação.

3. Computador para gerenciamento da rede local (uma unidade)

3.1. Um processador AMD Opteron série 200 (248 ou superior) ou Intel Xeon (com clock de 3,0 GHz ou superior); com cooler (dissipador + ventoinha) homologado (marca e modelo) pelo fabricante do processador para o modelo ofertado ou sistema de ventilação desenhado especificamente para o computador.

3.2. 2 módulos DIMM de 512 MB de memória (total de um gigabyte) DDR-400 ou DDR2-400 (PC-3200), com ECC.

3.3. Placa de sistema SMP (com suporte a 2 processadores) contendo:

- a) 6 conectores DIMM que permitam a instalação de 12 GB de memória DDR ou DDR2, com ECC;
- b) 1 conector PCI de 64 bits;
- c) controladora de vídeo com 8 MB de memória independente da memória principal, saída em conector fêmea de 15 pinos padrão VGA;
- d) controladora de rede dual Gigabit Ethernet (1000 Mbps, padrão 1000BaseT), com 2 conectores RJ-45, compatível com Fast Ethernet (100 Mbps, padrão 100BaseTX) e Ethernet (10 Mbps, padrão 10BaseT), com detecção automática da velocidade da conexão;
- e) conectores tipo PS/2 para teclado e mouse, um conector serial de 9 pinos, 2 conectores USB.
- f) controladora SATA onboard, com conectores para 2 dispositivos.

3.4. 2 unidades de disco rígido SATA de 3,5"; cada unidade com capacidade formatada de 80 GB (1 GB = 10^9 bytes), 7.200 RPM, buffer/cache de 8 MB, tempo médio de acesso (average seek time) nominal igual ou inferior a 9,0 ms e tempo médio de latência (average latency time) nominal igual ou inferior a 5,0 ms.

3.5. Uma unidade leitora de CD ou de DVD que leia CD.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

DLMP - Divisão de Licitação, Material e Patrimônio

SELIC - Seção de Licitação e Contrato

3.6. Gabinete próprio para montar em rack (rack mountable) de 19 polegadas, 1U ou 2U de altura, com todos os componentes para montar no rack (parafusos, porcas, adaptadores, trilhos).

3.7. Fonte de alimentação com capacidade nominal igual ou superior a 500 W; que suporte tensão de entrada nas faixas de 100 V a 127 V e 200 V a 240 V, em frequências de 50 Hz e 60 Hz.

3.8. O computador deverá ser compatível com o sistema operacional GNU/Linux com kernel versões 2.4 e 2.6.

3.9. Deverão ser fornecidos os componentes necessários para o funcionamento do sistema, tais como cabos (pelo menos 2 cabos SATA, incluindo conectores para alimentação elétrica dos discos SATA), conectores, adaptadores e softwares (drivers e firmware), além da documentação (impressa ou em CD) para instalação.

4. Computador para firewall (uma unidade)

4.1. Um processador AMD Opteron série 200 (246 ou superior) ou Intel Xeon (com clock de 2,8 GHz ou superior); com cooler (dissipador + ventoinha) homologado (marca e modelo) pelo fabricante do processador para o modelo ofertado ou sistema de ventilação desenhado especificamente para o computador.

4.2. 2 módulos DIMM de 256 MB de memória (total de 512 MB) DDR-400 ou DDR2-400 (PC-3200), com ECC.

4.3. Placa de sistema SMP (com suporte a 2 processadores) contendo:

a) 6 conectores DIMM que permitam a instalação de 12 GB de memória DDR ou DDR2, com ECC;

b) 1 conector PCI de 64 bits;

c) controladora de vídeo com 8 MB de memória independente da memória principal, saída em conector fêmea de 15 pinos padrão VGA;

d) controladora de rede dual Gigabit Ethernet (1000 Mbps, padrão 1000BaseT), com 2 conectores RJ-45, compatível com Fast Ethernet (100 Mbps, padrão 100BaseTX) e Ethernet (10 Mbps, padrão 10BaseT), com detecção automática da velocidade da conexão;

e) conectores tipo PS/2 para teclado e mouse, um conector serial de 9 pinos, 2 conectores USB.

f) controladora SATA onboard, com conectores para 2 dispositivos.

4.4. 2 unidades de disco rígido SATA de 3,5"; cada unidade com capacidade formatada de 80 GB (1 GB = 10^9 bytes), 7.200 RPM, buffer/cache de 8 MB, tempo médio de acesso (average seek time) nominal igual ou inferior a 9,0 ms e tempo médio de latência (average latency time) nominal igual ou inferior a 5,0 ms.

4.5. Uma unidade leitora de CD ou de DVD que leia CD.

4.6. Terceira interface de rede Gigabit Ethernet (1000 Mbps, padrão 1000BaseT), com um conector RJ-45, compatível com Fast Ethernet (100 Mbps, padrão 100BaseTX) e Ethernet (10 Mbps, padrão 10BaseT), com detecção automática da velocidade da conexão.

4.7. Gabinete próprio para montar em rack (rack mountable) de 19 polegadas, 1U ou 2U de altura, com todos os componentes para montar no rack (parafusos, porcas, adaptadores, trilhos).

4.8. Fonte de alimentação com capacidade nominal igual ou superior a 500 W; que suporte tensão de entrada nas faixas de 100 V a 127 V e 200 V a 240 V, em frequências de 50 Hz e 60 Hz.

4.9. O computador deverá ser compatível com o sistema operacional GNU/Linux com kernel versões 2.4 e 2.6.

4.10. Deverão ser fornecidos os componentes necessários para o funcionamento do sistema, tais como cabos (pelo menos 2 cabos SATA, incluindo conectores para alimentação elétrica dos discos SATA), conectores, adaptadores e softwares (drivers e firmware), além da documentação (impressa ou em CD) para instalação.

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**DLMP - Divisão de Licitação, Material e Patrimônio
SELIC - Seção de Licitação e Contrato**CONCORRÊNCIA Nº 03/2005
ANEXO III
AVALIAÇÃO TÉCNICA****I. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS**

1.1 Os computadores propostos não podem ser “montados”, i.e., integrados a partir de peças avulsas. Esses equipamentos devem ser “fabricados”. Serão considerados como fabricados se: (i) o fabricante possuir site na Internet, com domínio próprio (.com ou .com.br); (ii) o computador possuir projeto com descrição completa (informações técnicas, contendo diagramas - não fotografias, do computador e dos componentes), que deve estar disponível no site do fabricante em formato “.pdf” ou “.ps”; (iii) os drivers devem ser disponibilizados no site do fabricante, exceto quando estiverem incorporados ao kernel do sistema operacional, não sendo aceitos links para sites de terceiros; e (iv) os sistemas operacionais suportados e homologados devem constar no site do fabricante.

1.2. A pontuação referente à garantia estendida (subfatores 2.1 e 2.2 para todos os itens do Anexo IV) somente será concedida da seguinte forma: (i) deverá ser fornecido um documento do fabricante ou seu representante autorizado, em língua portuguesa, indicando o prazo da garantia ofertada e solidarizando-se com o licitante; (ii) as condições de garantia devem contemplar, implícita ou explicitamente, aquelas indicadas no Anexo I, Capítulo IV (da garantia e assistência técnica).

1.3 O subsistema de monitoramento e gerenciamento de hardware consiste em recursos de hardware e software que permitam: (i) a leitura de determinados parâmetros de alguns componentes do computador, tais como o número de rotações por minuto (RPM) do(s) ventilador(es) e a temperatura do(s) processador(es), as tensões (voltagens) nos circuitos de +12 V, +5 V e +3,3 V, etc; (ii) o controle e alteração de alguns parâmetros, como a velocidade de rotação de um ou mais ventiladores e temperatura e frequência de operação do(s) processador(es).

1.4 Para que sejam obtidos os pontos indicados no Anexo IV, subfator 4.3 para os itens 1 e 2 e subfator 4.2 para os itens 3 e 4, é necessário que sejam fornecidos, ou disponibilizados no site do fabricante do computador, os softwares de monitoramento e gerenciamento de tais recursos, assim como os arquivos de configuração, que devem ser compatíveis com o kernel 2.4.x do sistema operacional GNU/Linux.

1.5 O computador será considerado compatível com o sistema operacional Debian GNU/Linux 3.1 “Sarge” com kernel 2.4.x (v. Anexo IV, subfator 5.1 para todos os itens) se, além do disposto no item 11 anterior, ocorrer um dos seguintes casos: (i) houver homologação específica do equipamento para esse sistema operacional, por parte do próprio fabricante; (ii) existir(em) página(s) na Internet, sujeita(s) a avaliação e confirmação pelo NIPD, indicando o correto funcionamento, com esse sistema operacional, de todos os componente e do subsistema de monitoramento e gerenciamento de hardware; (iii) for possível verificar o funcionamento do equipamento oferecido com esse sistema operacional e obter todas as informações de instalação e configuração, seja por meio de amostra ou por visita a alguma instalação em Brasília.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

DLMP - Divisão de Licitação, Material e Patrimônio

SELIC - Seção de Licitação e Contrato

CONCORRÊNCIA nº 03/2005 ANEXO IV Pontuação dos Fatores e Subfatores de Avaliação

Item 1: servidor de arquivos			
Fator	Características/Escala de Pontuação	Pontos	
1. Prazo de entrega (máx. 10 pontos)	1.1. Até 30 dias. [*1]	10	
	1.2. Até 40 dias. [*1]	5	
2. Suporte técnico (máx. 20 pontos)	Garantia, com assistência técnica, do fabricante, pelo prazo de:	2.1. 36 meses. [*2]	10
		2.2. 24 meses. [*2]	5
	2.3. O fabricante disponibiliza documento técnico (em formato pdf ou ps) mostrando como fazer a manutenção do computador.	10	
3. Desempenho (máx. 25 pontos)	3.1. Controladora de memória interna ao processador, canal duplo.	15	
	3.2. 8 conectores DIMM com suporte a até 16 GB de memória.	5	
	3.3. Unidades de disco rígido SCSI Ultra320.	5	
4. Qualidade (máx. 25 pontos)	Gabinete com altura de:	4.1. 2U. [*4]	15
		4.2. 3U. [*4]	10
	4.3. Subsistema de monitoramento de hardware compatível com GNU/Linux, kernel 2.4.x.	10	
5. Compatibilidade (máx. 20 pontos)	5.1. Computador compatível com Debian GNU/Linux 3.1 "Sarge" com kernel 2.4.x.	20	

Item 2: servidor para BI			
Fator	Características/Escala de Pontuação	Pontos	
1. Prazo de entrega (máx. 10 pontos)	1.1. Até 30 dias. [*1]	10	
	1.2. Até 40 dias. [*1]	5	
2. Suporte técnico (máx. 20 pontos)	Garantia, com assistência técnica, do fabricante, pelo prazo de:	2.1. 36 meses. [*2]	10
		2.2. 24 meses. [*2]	5
	2.3. O fabricante disponibiliza documento técnico (em formato pdf ou ps) mostrando como fazer a manutenção do computador.	10	
3. Desempenho (máx. 30 pontos)	3.1. Processadores com clock igual ou superior a 3,0 GHz, caso sejam Intel Xeon, ou modelo 248 ou superior, caso sejam AMD Opteron.	10	
	3.2. Controladora de memória interna ao processador, de canal duplo.	10	
	3.3. Unidades de disco rígido SCSI Ultra320.	10	
4. Qualidade (máx. 20 pontos)	4.1. 4 conectores de 64 bits PCI-X de 100 MHz ou superior.	10	
	4.2. Subsistema de monitoramento de hardware compatível com GNU/Linux, kernel 2.4.x.	10	
5. Compatibilidade (máx. 5 pontos)	5.1. Computador compatível com Debian GNU/Linux 3.0 com kernel 2.4.x.	5	
6. Padronização (máx. 15 pontos)	6.1. Sistema operacional fornecido: Red Hat Enterprise.	15	



Tribunal de Contas do Distrito Federal

DLMP - Divisão de Licitação, Material e Patrimônio

SELIC - Seção de Licitação e Contrato

Item 3: gerente de rede			
Fator	Características/Escala de Pontuação	Pontos	
1. Prazo de entrega (máx. 10 pontos)	1.1. Até 30 dias. [*1]	10	
	1.2. Até 40 dias. [*1]	5	
2. Suporte técnico (máx. 20 pontos)	Garantia, com assistência técnica, do fabricante, pelo prazo de:	2.1. 36 meses. [*2]	10
		2.2. 24 meses. [*2]	5
	2.3. O fabricante disponibiliza documento técnico (em formato pdf ou ps) mostrando como fazer a manutenção do computador.	10	
3. Desempenho (máx. 30 pontos)	3.1. Controladora de memória interna ao processador, canal duplo.	15	
	3.2. 8 conectores DIMM com suporte a até 16 GB de memória.	5	
	3.3. Processador AMD Opteron 250 ou superior.	10	
4. Qualidade (máx. 20 pontos)	4.1. Gabinete com altura de 1U.	10	
	4.2. Subsistema de monitoramento de hardware compatível com GNU/Linux, kernel 2.4.x.	10	
5. Compatibilidade (máx. 20 pontos)	5.1. Computador compatível com Debian GNU/Linux 3.1 "Sarge" com kernel 2.4.x.	20	

Item 4: firewall			
Fator	Características/Escala de Pontuação	Pontos	
1. Prazo de entrega (máx. 10 pontos)	1.1. Até 30 dias. [*1]	10	
	1.2. Até 40 dias. [*1]	5	
2. Suporte técnico (máx. 20 pontos)	Garantia, com assistência técnica, do fabricante, pelo prazo de:	2.1. 36 meses. [*2]	10
		2.2. 24 meses. [*2]	5
	2.3. O fabricante disponibiliza documento técnico (em formato pdf ou ps) mostrando como fazer a manutenção do computador.	10	
3. Desempenho (máx. 30 pontos)	3.1. Controladora de memória interna ao processador, canal duplo.	15	
	3.2. 8 conectores DIMM com suporte a até 16 GB de memória.	5	
	3.3. Processador AMD Opteron 248 ou superior.	10	
4. Qualidade (máx. 20 pontos)	4.1. Gabinete com altura de 1U.	10	
	4.2. Subsistema de monitoramento de hardware compatível com GNU/Linux, kernel 2.4.x.	10	
5. Compatibilidade (máx. 20 pontos)	5.1. Computador compatível com Debian GNU/Linux 3.1 "Sarge" com kernel 2.4.x.	20	

Obs.: os pares de subfatores contíguos indicados com [*1], [*2] e [*4] são mutuamente excludentes.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

DLMP - Divisão de Licitação, Material e Patrimônio
SELIC - Seção de Licitação e Contrato

CONCORRÊNCIA nº 03/2005 ANEXO V Minuta de Contrato

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO TCDF E A EMPRESA _____ PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (Processo nº 13729/2005)

Pelo presente instrumento, o DISTRITO FEDERAL, por intermédio do TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, com sede nesta capital, inscrito no CNPJ/MF Nº 00.534.560/0001-26, neste ato representado na forma de seu Regimento Interno e Portaria - TCDF nº _____, de _____ de _____, artigo _____, inciso _____, pelo seu Diretor-Geral de Administração, _____, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa _____, sito à _____, CNPJ/MF nº _____, representada por seu _____, Sr. _____, CI nº _____, CPF nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações subseqüentes, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), bem como outras normas vigentes relacionadas com o seu objeto e de acordo as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a aquisição de _____, com a prestação de assistência e suporte técnico, de acordo com as especificações e condições previstas no Edital da Concorrência nº 03/2005 e a proposta da contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor estabelecido na proposta de R\$ _____ (_____), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária referida na Nota de Empenho nº _____ /2005.

O preço cotado deverá incluir todos os tributos, taxas, embalagens, encargos sociais, fretes, seguro, assistência/suporte técnico durante período de garantia, se for o caso, e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

Os preços dos objetos deste Contrato são fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE ENTREGA

O prazo para entrega é de _____ dias, contados a partir do recebimento da nota de empenho.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

§ 1º - Ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual, a CONTRATADA protocolizará na CONTRATANTE Nota Fiscal que, após a devida atestação e regular liquidação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

§ 2º - Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento susado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte do CONTRATANTE.

§ 3º - As Notas Fiscais deverão estar acompanhadas da **1ª via da Nota de Empenho** emitida a favor da Contratada e cópia autenticada da **Certidão Negativa de Débitos**, emitida pela Secretaria de Fazenda e Planejamento/GDF, em plena validade.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

DLMP - Divisão de Licitação, Material e Patrimônio
SELIC - Seção de Licitação e Contrato

§ 4º - Caso o CONTRATANTE não cumpra o prazo estipulado no parágrafo primeiro desta cláusula, pagará à CONTRATADA atualização financeira de acordo com a variação do IGP-DI da fundação Getúlio Vargas, proporcionalmente aos dias de atraso.

CLÁUSULA SEXTA - DA DESPESA

A despesa será imputada à conta do crédito consignado no orçamento do CONTRATANTE, enquadrando-se segundo a natureza em _____, tendo a seguinte classificação funcional-programática: _____ e fonte de recursos _____.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

A vigência do contrato, será da data de sua assinatura até o término do período de garantia ofertada pela CONTRATADA, (_____ meses), que por sua vez terá o início contado da data do recebimento definitivo. O extrato do contrato será publicado no DODF às expensas do CONTRATANTE.

Parágrafo único - As obrigações acessórias ofertadas pela CONTRATADA relativas à garantia de manutenção de suporte técnico e à garantia dos produtos propriamente ditos terão cobertura contratual.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

Além de outras hipóteses expressamente previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, garantida a prévia defesa, constituem motivos para a rescisão do Contrato:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais, principalmente quanto às especificações do objeto contidas nos anexos II e III do Edital de Concorrência nº 03/2005;

II - o atraso injustificado no início do serviço e ainda a paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;

III - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

IV - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do CONTRATANTE, especialmente designado para acompanhar o Contrato;

V - a decretação de falência;

VI - a dissolução da sociedade;

VII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado e impeditivo da execução deste Contrato, sem prejuízo do disposto no §2º, art. 79 da Lei 8.666/93;

VIII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade do CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato, sem prejuízo do disposto no § 2º do art. 79 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO EM CASO DE RESCISÃO

Nos casos de rescisão previstos neste contrato, o CONTRATANTE adotará as seguintes providências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local que se encontrar;

II - retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

§ 1º - O atraso injustificado no fornecimento sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, de acordo com os seguintes percentuais, garantida prévia defesa:

a) de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, sobre o valor do fornecimento, quando o contratado, sem justa causa, cumprir a obrigação assumida com atraso até 30 (trinta) dias após o prazo estabelecido na proposta;

b) de 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, sobre o valor do fornecimento, quando o contratado, sem justa causa, cumprir a obrigação assumida, com atraso superior a 30



Tribunal de Contas do Distrito Federal

DLMP - Divisão de Licitação, Material e Patrimônio
SELIC - Seção de Licitação e Contrato

(trinta) dias do prazo estabelecido na proposta. Este percentual incidirá, apenas, sobre o período que exceder ao trigésimo dia de atraso;

b.1) As multas previstas neste item serão calculadas considerando-se os dias consecutivos a partir do dia útil imediatamente subsequente ao do vencimento.

b.2) No caso de multa moratória, será observado o limite mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) para sua cobrança, exceto quando for necessária, além da referida multa, a aplicação de uma das penalidades prevista no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

§ 2º - Pela Inexecução total ou parcial do contrato o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa:

- a) de 10% (dez por cento), sobre o valor não fornecido, após a rescisão do contrato por ter a CONTRATADA cumprido apenas parcialmente o fornecimento;
- b) de 15% (quinze por cento), sobre o valor do fornecimento, e cancelamento da Nota de Empenho, quando decorridos 30 (trinta) dias de inadimplemento e caracterizada a recusa ou impossibilidade da CONTRATADA em prestar o fornecimento;

Parágrafo Único - A multa prevista na alínea "b", deste item, incidirá ainda nos casos em que o contratado, sem motivo de força maior ou caso fortuito devidamente comprovado, solicitar o cancelamento antes ou depois de decorridos 30 (trinta) dias de atraso.

III - Suspensão do direito de participar de licitações com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos; e

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Parágrafo único - Declarar-se-á inidônea a CONTRATADA que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando, a juízo da Administração, falta grave, revestida de dolo.

§ 3º As sanções previstas nos incisos III e IV poderão também ser aplicadas à CONTRATADA que:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

§ 4º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, e serão aplicadas pela Autoridade Competente.

§ 5º - As multas tratadas nessa Cláusula serão descontadas do pagamento eventualmente devido pela Administração ou na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pela CONTRATADA mediante depósito em conta corrente do CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

§ 1º - Constituem obrigações do **CONTRATANTE**, em especial:

I - receber o objeto do Contrato, através do setor competente e atestar a Nota Fiscal;

II - efetuar o pagamento do objeto deste contrato, nos termos da cláusula quinta mediante Nota Fiscal devidamente atestada.

§ 2º - A CONTRATADA deverá prestar os serviços com eficiência e presteza, dentro dos padrões exigidos pela Administração, obrigando-se, especialmente, à:

I - Cumprir as obrigações estabelecidas no edital da Concorrência nº 03/2005 e aquelas consignadas pela CONTRATADA;

II - cumprir orientação do órgão fiscalizador e/ou do executor do Contrato;

III - ressarcir ao CONTRATANTE quaisquer danos ou prejuízos causados à Administração em decorrência da execução dos serviços;



Tribunal de Contas do Distrito Federal

DLMP - Divisão de Licitação, Material e Patrimônio
SELIC - Seção de Licitação e Contrato

IV - apresentar relação das pessoas credenciadas à prestação dos serviços a qual deverá ser controlada pelo executor do Contrato e/ou pelo órgão fiscalizador; e

V - cumprir o disposto no Anexo I da Concorrência nº 03/2005.

§ 3º - A CONTRATADA fica compelida a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

§ 1º - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por executor do contrato, especialmente designado, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, além das atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira.

§ 2º - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela Administração do CONTRATANTE, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto da licitação será recebido por Comissão designada pela Administração, da seguinte forma:

I - provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes;

II - definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo máximo de 90 dias de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para as partes, tendo por base a Lei 8.666/93, Lei 8.078/90 e demais legislações vigentes aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO

O teor do Edital, e anexos, na modalidade da Concorrência nº 03/2005 e a proposta da CONTRATADA são partes integrantes deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

§ 1º - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir eventuais dúvidas relativas ao cumprimento deste contrato.

§ 2º - E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente Contrato, do qual extraíram-se 03 (três) vias, para um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Brasília, DF, em _____ de 2005.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



Tribunal de Contas do Distrito Federal

DLMP - Divisão de Licitação, Material e Patrimônio
SELIC - Seção de Licitação e Contrato

Ofício n.º 109/05 - SELIC

Brasília-DF, 10 de agosto de 2005.

Prezados Senhores,

Com relação à Concorrência n.º 03/2005, objetivando a aquisição de computadores servidores para a rede local do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, com prestação de assistência e suporte técnico, informamos o que se segue, tendo em vista os questionamentos apresentados pela empresa **Star do Brasil Informática Ltda**:

Considerando o Anexo II – Especificação do Objeto, em seus itens:

1, subitem 1.8: “Fonte de alimentação com capacidade nominal igual ou superior a 550W; que suporte tensão de entrada nas faixas de 100V a 127V e 200V a 240V, em frequências de 50 Hz e 60 Hz;

2, subitem 2.9: “Fonte de alimentação com capacidade nominal igual ou superior a 600 W; tensão de entrada de 100V a 127V e 200V a 240V, frequências de 50 Hz e 60 Hz.”

1) QUESTIONAMENTO:

“Nossos equipamentos, a serem ofertados ao órgão para os itens acima informados, possuem fonte de alimentação com potência 514W. Entendemos que, além da diferença de potência não ser significativa, cada fabricante, em cada servidor, desenvolver um projeto elétrico específico, onde é definida a potência de mínima para o equipamento operar. Além disso, fonte com potências menores trazem benefícios como, por exemplo, economia de energia e menor dissipação de calor. Entendemos, dessa forma, não haver prejuízo algum em ofertar ao TCDF servidor com fonte de potência inferior ao solicitado no edital, desde que comprovada declaração oficial do fabricante do equipamento, de que a fonte suporta o equipamento em sua configuração máxima. Nosso entendimento está correto ?”

Considerações:

1. Para o item 1 foi solicitada uma fonte de alimentação com potência nominal de 550 W. Na tabela abaixo estão computadas os valores para 3 componentes, dentre os vários que compõem o computador. Observe-se que a utilização de tais componentes é possível, de acordo com o especificado no Anexo II e também no item 2.5 do Anexo I.

Componente	Cálculo	Potência
1. 2 processadores Opteron 248 [1] [2]	2 x 1,5 V x 56,5 A x 1,25	212
2. 6 unidades de disco rígido ST3146854LC [3]	6 x (5 V x 1,2 A + 12 V x 2,82 A)	239
3. 6 módulos de memória KVR333S4R25/2G [4]	6 x 8,175 W	49
sub-total		500

2. O valor apresentado de 500 W refere-se a apenas um subconjunto de componentes. Não foram incluídos os valores referentes à própria placa de sistema, aos controladores de vídeo, de rede, SCSI e outros. Além disso, não foi considerado o fator de potência, que tipicamente é de 90 %. Assim, um valor para a fonte de alimentação de 550 W é factível e não será admitido valor menor.

3. Para o item 2, o perfil do computador solicitado é diferente, tendo sido baseado em processador Xeon de 3,0 GHz. Dentre os vários modelos possíveis, a corrente



Tribunal de Contas do Distrito Federal

DLMP - Divisão de Licitação, Material e Patrimônio
SELIC - Seção de Licitação e Contrato

utilizada varia de 69 A a 122 A [5] e [6]. Assumindo um valor de 69 A, temos outra tabela a seguir.

Componente	Cálculo	Potência (W)
1. 2 processadores Xeon 3 GHz [5] [6]	$2 \times 1,525 \text{ V} \times 69 \text{ A} \times 1,25$	263
2. 6 unidades de disco rígido ST3146854LC [3]	$6 \times (5 \text{ V} \times 1,2 \text{ A} + 12 \text{ V} \times 2,82 \text{ A})$	239
3. 4 módulos de memória KVR333S4R25/2G [4]	$4 \times 8,175 \text{ W}$	33
sub-total		535

4. Analogamente ao parágrafo 2º dessas considerações, conclui-se que o dimensionamento da fonte de alimentação com potência de 600 W está correto e não será alterado.

Considerando o Anexo II – Especificação do Objeto, em seus itens:

3, subitem 3.7: “Fonte de alimentação com capacidade nominal igual ou superior a 500W; que suporte tensão de entrada nas faixas de 100V a 127V e 200V a 240V, em frequências de 50 Hz e 60 Hz;

4, subitem 4.8: “Fonte de alimentação com capacidade nominal igual ou superior a 500 W; que suporte tensão de entrada nas faixas de 100V a 127V e 200V a 240V, em frequências de 50 Hz e 60 Hz;”

2) QUESTIONAMENTO:

“Nossos equipamentos, a serem ofertados ao órgão para os itens acima informados, possuem fonte de alimentação com potência 411W. Entendemos que, além da diferença de potência não ser significativa, cada fabricante, em cada servidor, desenvolver um projeto elétrico específico, onde é definida a potência de mínima para o equipamento operar. Além disso, fonte com potências menores trazem benefícios como, por exemplo, economia de energia e menor dissipação de calor. Entendemos, dessa forma, não haver prejuízo algum em ofertar ao TCDF servidor com fonte de potência inferior ao solicitado no edital, desde que comprovada declaração oficial do fabricante do equipamento, de que a fonte suporta o equipamento em sua configuração máxima. Nosso entendimento está correto?”

Considerações:

Quanto aos itens 3 e 4, uma análise equivalente mostra que uma fonte de 400W atenderia aos computadores solicitados.

Como a alteração do edital, neste momento, acarretaria prejuízos ao andamento dos serviços do TCDF, os itens 3 e 4 estão cancelados, continuando válidos para esta Concorrência os itens 1 e 2, sem alteração da data de recebimento da documentação e propostas e horário de início do certame.

Atenciosamente,

HENRIQUE DE FREITAS SOARES
Chefe da Seção de Licitação e Contrato



Tribunal de Contas do Distrito Federal

DLMP - Divisão de Licitação, Material e Patrimônio
SELIC - Seção de Licitação e Contrato

Ofício n.º 118/05 - SELIC

Brasília-DF, 19 de agosto de 2005.

Prezados Senhores,

Com relação à Concorrência n.º 03/2005, objetivando a aquisição de computadores servidores para a rede local do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, com prestação de assistência e suporte técnico, informamos o que se segue, tendo em vista os questionamentos apresentados pelas empresas **NT Systems Informática Ltda e LTA-RH Informática Comércio Representações Ltda:**

Considerando o Anexo II – Especificação do Objeto, em seus itens:

1, subitem 1.4: “Controladora RAID SCSI Ultra 320 onboard ou em placa de expansão; barramento PCI de 64 bits; RAID 0, 1 e 5; 64 MB de memória; compatível com unidade de disco rígido Ultra-160 e Ultra-320”;

2, subitem 2.4: “Controladora RAID SCSI Ultra 320 onboard ou em placa de expansão; barramento PCI de 64 bits; RAID 0, 1 e 5; 64 MB de memória; compatível com unidade de disco rígido Ultra160 e Ultra320”.

1) QUESTIONAMENTO da LTA-RH:

“...será aceito controladora SCSI Ultra 320 onboard, com barramento PCI Express, por ser considerado um barramento superior, além de deixar livres os slots PCI do equipamento.”

Resposta:

1. Sim. Será aceita controladora RAID SCSI Ultra 320 onboard com barramento PCI Express.

Considerando o Anexo II – Especificação do Objeto, em seus itens:

2, subitem 2.3, letra b: “Placa de sistema contendo (...) 4 conectores PCI de 64 bits”;

2) QUESTIONAMENTO da LTA-RH e da NT Systems:

“Podemos oferecer servidor de primeira linha que possui 3 slots PCI de 64 bits livres para futuras expansões?”

Resposta:

“A resposta é negativa. A especificação é clara: a placa de sistema deve conter 4 conectores PCI de 64 bits. Pode-se aceitar 4 conectores PCI-X, 100 MHz (ou superior), conforme consta do Anexo IV, mas a quantidade não poderá ser menor que 4. Observe-se que a especificação não exige gabinete de 2U, o mesmo pode ter até 4U.”

Considerando o Anexo II – Especificação do Objeto, em seus itens:

2, subitem 2.9: “Fonte de alimentação com capacidade nominal igual ou superior a 600 W; tensão de entrada de 100 V a 127 V e 200 V a 240 V, frequências de 50 Hz e 60 Hz”;

3) QUESTIONAMENTO da NT Systems:

“... os cálculos feitos pelo órgão demonstrou que o equipamento com a sua configuração máxima, ..., teria um consumo de energia de 535W. Levando em consideração esta conta, então uma fonte de alimentação com potência superior a 535 W estaria atendendo ao solicitado. Nosso entendimento está correto?”

Resposta:



Tribunal de Contas do Distrito Federal

DLMP - Divisão de Licitação, Material e Patrimônio
SELIC - Seção de Licitação e Contrato

“o entendimento está incorreto. O valor apresentado de 535 W não se refere ao consumo do computador completo, mas apenas a um subconjunto de componentes. Não foram incluídos os valores referentes à própria placa de sistema, aos controladores de vídeo, de rede, SCSI e outros. Além disso, não foi considerado o fator de potência, que tipicamente é de 90 %. Assim, um valor (nominal) para a fonte de alimentação de 600 W é factível e não será admitido valor menor.”

Considerando o Anexo III – Avaliação técnica, em seus itens:

1, subitem 1.3: “O subsistema de monitoramento e gerenciamento de hardware consiste em recursos de hardware e software que permitam: (i) a leitura de determinados parâmetros de alguns componentes do computador, tais como o número de rotações por minuto (RPM) do(s) ventilador(es) e a temperatura do(s) processador(es), as tensões (voltagens) nos circuitos de +12 V, +5 V e +3,3 V, etc; (ii) o controle e alteração de alguns parâmetros, como a velocidade de rotação de um ou mais ventiladores e temperatura e frequência de operação do(s) processador(es).”;

1, subitem 1.5: “O computador será considerado compatível com o sistema operacional Debian GNU/Linux 3.1 “Sarge” com kernel 2.4.x (v. Anexo IV, subfator 5.1 para todos os itens) se, além do disposto no item 11 anterior, ocorrer um dos seguintes casos: (i) houver homologação específica do equipamento para esse sistema operacional, por parte do próprio fabricante; (ii) existir(em) página(s) na Internet, sujeita(s) a avaliação e confirmação pelo NIPD, indicando o correto funcionamento, com esse sistema operacional, de todos os componente e do subsistema de monitoramento e gerenciamento de hardware; (iii) for possível verificar o funcionamento do equipamento oferecido com esse sistema operacional e obter todas as informações de instalação e configuração, seja por meio de amostra ou por visita a alguma instalação em Brasília.”

4) QUESTIONAMENTO da NT Systems:

Com referência ao subitem 1.3: “Podemos oferecer software de gerenciamento pré-ativo do mesmo fabricante dos servidores, compatível com Linux, mas que não possui a característica de visualizar as rotações por minuto dos ventiladores?”

Com referência ao subitem 1.5: “Se o servidor está homologado para Red Hat ou Suse pelo próprio fabricante da máquina e no site do HCL do Linux, perguntamos: Podemos oferecer máquina homologada por um destes dois softwares, que é compatível com o Debian?”

Resposta:

“Os questionamentos 3 e 4 do Grupo NT referem-se a características pontuáveis e não exigíveis, sendo positiva a resposta a ambos. Entretanto, se o objetivo foi saber se a pontuação respectiva será obtida, não é possível responder sem conhecer a marca e o modelo do computador, assim como a situação do site do fabricante. E essa avaliação só será válida após a abertura da proposta técnica.

Aqui cabe um parêntese. A exigência de compatibilidade com o GNU/Linux (itens 1.9 e 2.10 do Anexo II) será atendida conforme indicado na alínea IV do item 1.1 do Anexo III (a compatibilidade deve constar do site do fabricante do computador). Em relação ao item 1.5 do Anexo III, existe um erro de digitação: há uma referência ao item 11 do mesmo Anexo, quando o correto é a referência ao item 1.3.”

Considerando o Anexo IV – Pontuação dos Fatores e Subfatores de Avaliação, é solicitado solução em 5 dias úteis.

5) QUESTIONAMENTO da NT Systems:

“Por se tratar de uma solução de BI (business intelligence), no qual o servidor não possui redundância e contingência, não seria mais apropriado que o tempo de solução fosse no máximo de 6 horas, o qual inclui o atendimento e a solução do problema, mesmo que tenha que trocar a máquina, caso o problema não seja resolvido no tempo especificado? Nosso entendimento está correto?”



Tribunal de Contas do Distrito Federal

DLMP - Divisão de Licitação, Material e Patrimônio
SELIC - Seção de Licitação e Contrato

Resposta:

“o entendimento está incorreto. A definição de parâmetros de funcionamento, confiabilidade, disponibilidade e qualquer outro é de exclusividade do TCDF. Além disso, a alteração sugerida pela empresa é restritiva e iria acarretar mudança na data de abertura da licitação.”

Atenciosamente,

HENRIQUE DE FREITAS SOARES



Tribunal de Contas do Distrito Federal

DLMP - Divisão de Licitação, Material e Patrimônio
SELIC - Seção de Licitação e Contrato

Ofício n.º 121/05 - SELIC

Brasília-DF, 23 de agosto de 2005.

Prezados Senhores,

Em complementação ao Ofício n.º 118/05 – SELIC, de 19 de agosto de 2005, com relação à Concorrência n.º 03/2005, objetivando a aquisição de computadores servidores para a rede local do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, com prestação de assistência e suporte técnico, informamos o que se segue, tendo em vista os questionamentos apresentados pelas empresas **NT Systems Informática Ltda e LTA-RH Informática Comércio Representações Ltda** para os itens 1 e 2 do Anexo II do Edital:

“O segundo questionamento da empresa LTA-RH, que é o mesmo do primeiro questionamento do Grupo NT, refere-se à quantidade de conectores PCI de 64 bits para o item 2. Não será aceito número de conectores PCI menor que 4. Entretanto, como os fabricantes dos produtos representados pelas empresas, respectivamente Dell e HP, possuem computadores em formato torre conversível para rack que atendem ao Edital, pode-se aceitar essa opção, limitando-se o tamanho do gabinete a 5U, uma vez que essa conversibilidade é tecnicamente vantajosa para o TCDF.”

Atenciosamente,

HENRIQUE DE FREITAS SOARES